

OS IMPACTOS DO SERVIÇO PREPARAÇÃO PARA O PRIMEIRO EMPREGO DO NAF – JARAGUÁ NA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

MARIA FERNANDA TISATTO*
JUCÉLIA FERREIRA DA SILVA**
EGLI MUNIZ***

RESUMO

O estudo, cujo tema é “os impactos do Serviço Preparação para o Primeiro Emprego do instituto Naf - Jaraguá na inserção de jovens no mercado de trabalho,” teve como objetivo geral desvendar a contribuição do serviço na inserção no mercado de trabalho de jovens participantes e como objetivos específicos: comparar o perfil dos adolescentes inseridos no curso no momento do ingresso e atualmente; identificar o índice de jovens inseridos no mercado de trabalho e sua permanência até o momento da coleta de dados; desvendar a permanência na escola e expectativas em relação aos estudos; levantar como os participantes do Serviço de Preparação para o Primeiro Emprego e empregadores vêm o curso. Caracterizou-se como um estudo quali- quantitativo, valendo-se das falas e depoimentos dos sujeitos coletados por meio de entrevista, orientada por um formulário contendo perguntas abertas, junto aos adolescentes participantes do serviço no período de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2007. Observou-se que o serviço contribuiu para a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho contemporâneo e exigente, bem como na melhoria do relacionamento familiar, do desempenho escolar, bem como no desenvolvimento pessoal. Portanto, os impactos do serviço resultam em eficiência, eficácia e efetividade dos direitos sociais dos adolescentes.

Palavras chaves: Serviços socioassistenciais. Avaliação de impactos. Adolescentes. Mercado de trabalho.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino (1967), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), com foco na gestão da política de assistência social. É professora titular da Instituição Toledo de Ensino na disciplina de Gestão Social. Coordena o curso de pós graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas e coordenadora do curso de graduação em Serviço Social.

ABSTRAT

The study, whose subject is “the impacts of the service Preparation for the First Job of the Naf - Jaraguá institute in the insertion of young in the work market“ had as general objective to unmask the contribution of the service in the insertion of young participants in the job market, and as specific objectives: compare the profile of the inserted young people on the course upon inscription and, currently, to identify the amount of inserted young in the job market and their permanence until the moment of the collection of data ; unmask the permanence in school and expectations in relation to studies; to raise how the participants of the Service of Preparation for the First Job and employers see the course . It was characterized by a quality-quantitative study, by using the opinions and testimony from the subjects collected by means of interview, guided by a form containing open questions, to the young participants of the service in the period between February 2006 and February 2007. It was observed that the service contributed to the insertion of young people in the demanding and contemporary job market, as well as in improvement of the familiar relationship, school performance, as well as in the personal development. Therefore, the impacts of the service result in efficiency, efficacy and effectiveness of the social rights of the adolescents.

Key-Words: Social Assistance services. Impact evaluation. Adolescents. Job market.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a avaliação dos impactos serviço Preparando para a busca do Primeiro Emprego realizado pelo Instituto Núcleo de Apoio Sócio Familiar- NAF/Jaraguá e surgiu como temática às alunas durante o período de estagio nessa instituição, desenvolvido no período de fevereiro de 2008 a novembro de 2008 junto a população usuária residente no parque Jaraguá e região abrangentes.

O NAF é um programa executado pela Fundação Toledo em parceria entre a Prefeitura Municipal de Bauru, através da Secretaria Municipal do Bem Estar Social e (Fundação Toledo), cuja missão é articular serviços e ações sócio assistenciais locais para atender famílias em situação de pobreza e exclusão social a fim de garantir a autonomia e emancipação dessas.

A Fundação Toledo é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1966, pelos Instituidores Sr. Antonio Eufrásio de Toledo e sua esposa Sra. Maria do Carmo Leite de Toledo.

A entidade tem como objetivos instituídos no seu estatuto: Desenvolver a compreensão dos direitos e deveres do cidadão, família, Estado e grupos que compõe a sociedade; Promover a aquisição de conhecimento, habilidades e a formação de atitudes e valores; Desenvolver o homem ou sua personalidade humana na participação do bem comum para a vida social; Preparar o homem enquanto indivíduo para melhor compreensão do ambiente natural e social do sistema político e dos valores da sociedade; Incentivar o respeito, à igualdade entre os homens, aos princípios de liberdade e aos ideais da solidariedade humana. Assim desenvolve programas, projetos e serviços por meio dos institutos Centro Integrado de atenção a vitimas de violência, Centro Integrado aos idosos, Núcleo de Apoio Sócio Familiar Jaraguá e Parque Real.

O Instituto Naf/Jaraguá foi concretizado através de uma parceria realizada entre a Faculdade de Serviço Social e SEBES (Secretaria do Bem Estar Social), depois foi encampado pela Fundação Toledo, sua área de atuação é a Assistência Social à famílias em situação de vulnerabilidade da cidade de Bauru. Sua área de abrangência atinge os bairros considerados pelo município de Bauru conceituadores de maiores índices de vulnerabilidade, todos situados na região Noroeste de Bauru.

Devido a nova promulgação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o Instituto se enquadra na rede de proteção social básica, pois, atende famílias em situação de risco social, vulnerabilidade e exclusão social. O objetivo do Instituto Naf/Jaraguá é oportunizar às famílias e a comunidade, condições e serviços a que tem direito, através da articulação com quem forma a rede e órgão gestor da Assistência Social de uma rede setorial e intersetorial de serviços sócio assistenciais, objetivando a inclusão social e a efetivação da cidadania e tem como finalidade proporcionar a emancipação social como prevê o SUAS.

O objetivo principal deste estudo é avaliar os impactos do serviço Preparando para a busca do primeiro Emprego que prepara o adolescentes para busca do primeiro emprego, através de um processo de formação integrada que propicia o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, contribuindo para a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. O Serviço Preparação para o Primeiro Emprego é voltado para adolescentes a partir dos 15 à 18 anos que estejam inseridos na escola cursando ensino público, critério este obrigatório para se manter no curso oferecido pelo NAF.

O programa busca possibilitar a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, o mesmo efetiva ações voltadas para o desenvolvimento e a proteção deste segmento, conforme prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, na Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT, na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social- loas, que estabelece como um dos objetivos da Assistência Social a proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, e o amparo a criança e adolescente carente.

O artigo 227 da Constituição Federal pontua que:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar á criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito á vida, á alimentação, á educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e á convivência familiar e comunitária, alem d colocá-lo a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O programa oportuniza a discussão de temas de grande relevância como também palestras, passeios e legalização de documentos civis para preparação dos adolescentes para seu ingresso no mercado de trabalho, os quais muitas vezes não tem acesso a estas informações e oportunidades. O mesmo oportuniza ainda ao adolescente o conhecimento nas áreas de profissionalização como informática, na área do desenvolvimento humano, e a área gerencial onde são ministradas palestras informativas e preventivas, por exemplo: doenças sexualmente transmissíveis- DST, sexualidade, como falar em publico, trabalhos através de dinâmicas, os sete hábitos das pessoas mais eficazes, reflexões e vivências, bem como o

lazer.

Assim, este estudo teve como objetivo geral é conhecer os impactos do programa Preparação para o Primeiro Emprego junto aos jovens participantes e como objetivos específicos identificar as mudanças ocorridas em relação á auto percepção e sua postura frente á família, á escola, ao trabalho e frente a sociedade; Desvelar a visão do empregador em relação ao jovem participante do programa e levantar as alterações ocorridas com o jovem na percepção do relacionamento familiar e sua inserção no mercado de trabalho.

O problema que orienta a pesquisa foi voltada a identificar quais os impactos do Programa Primeiro Emprego na vida dos adolescentes participantes; quais suas mudanças ocorridas em relação á sua postura em relação á escola, á família, á si próprio, á sociedade e ao trabalho.

Diante disso levantou-se como hipótese que o serviço busca oportunizar a preparação para a busca do primeiro emprego, através de um processo de formação integrada que propicie o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, contribuindo para igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

A pesquisa é de grande importância á instituição, visto que através da mesma serão apresentados os serviços prestados pelo instituto, bem como avaliá-los conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Podendo desta forma realizar o acompanhamento efetivo do serviço e constatar sua importância dentro do contexto vivenciado pelos usuários.

Trata-se de um estudo exploratório , desenvolvido numa abordagem qualitativa, amparando-se em dados quantitativos, uma vez que se enfatizou as falas dos usuários e o desempenho do serviço no contexto dos adolescentes.

Para a coleta de dados, utilizou-se de formulários, por meio de entrevista junto aos jovens, empregadores e profissionais, havendo predomínio dos aspectos subjetivos, já que foram retratados as falas e valores dos sujeitos por meio de questões abertas. Realizou-se o pré-teste no mês de julho/2008 com 02 adolescentes, para a veracidade e pertinência do instrumental, não havendo a necessidade de alterações.

Para realização da pesquisa foi adotada amostra probabilística casual simples, sendo aplicando-se a pesquisa em 50 % do universo dos adolescentes em número de 32, totalizando 16 adolescentes, 02 empresários e 03 profissionais que trabalham com os adolescentes.

A pesquisa teve três eixos principais; A inserção no mercado de trabalho; a evolução do processo de desenvolvimento dos adolescentes; perfil dos adolescentes na busca do primeiro emprego.

Realizou-se ainda o aprofundamento do estudo sobre a inserção no mercado de trabalho, para averiguar quantos dos adolescentes pesquisados estariam inseridos no mercado de trabalho atualmente e quais suas perspectiva para o futuro, se houve mudança em relação ao seu emprego atual.

1 O ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO

O Presente trabalho desenvolverá sobre a política da assistência social, lei de proteção ao adolescente, o mundo do trabalho contemporâneo bem como de que forma o instituto Naf / Jaraguá e o serviço de preparação para o primeiro emprego realizam este trabalho.

2.1 A Política Nacional de Assistência Social

Quando falamos de política nacional de assistência social, não podemos deixar de falar da sociedade que está diretamente ligada às políticas que são fundamentais na formação da mesma. A sociedade brasileira, por um lado, presencia a modernização tecnológica e a valorização do mercado; de outro, acompanha-se a crescente desvalorização e subalternização das condições humanas, resultantes da desigualdade social e da concentração capitalista.

Frente aos reflexos das transformações sociais, está o cidadão adolescente das camadas populares, desprotegido e explorado pelo capital.

O presente trabalho desenvolverá as novas vertentes da Política Nacional de Assistência Social, bem como de forma particular o serviço Primeiro Emprego e o Instituto Naf/Jaraguá que realiza este trabalho.

Ressaltamos que a contextualização da SUAS terá como objetivo demonstrar a diversidade e a totalidade no atendimento voltado para o público jovem, como o serviço em foco e sua importância na busca do primeiro emprego.

Será avaliado em seu decorrer, as transformações no mundo do trabalho e sua interferência na realidade do adolescente que busca sua inserção no mercado de trabalho.

Entendemos que o trabalho realizado pelo Instituto Naf/Jaraguá será fundamental para a avaliação do serviço, já que o mesmo vem sendo desenvolvido com êxito e com objetivos definidos

Acredita-se que existe possibilidade de investir na qualidade do processo de

inserção do adolescente no mundo do trabalho; já que existe o regulamento constitucional e legal, faz-se necessário buscar estratégias para transpor a questão e construir no cenário onde se efetiva a cidadania.

Entendemos que atualmente a política de Assistência Social vem tomando novos rumos após a implantação da SUAS, mas antes é importante situar a trajetória de novos desafios.

As novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social foram aprovadas na Reunião de Descentralizada, Ampliada e Participativa do CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília no mês de setembro de 2004 e publicadas em diário oficial em outubro de 2004.

Esta nova Política Nacional de Assistência Social reorganiza os projetos, programas, serviços e benefícios, apontando para a implantação da SUAS, a partir de profunda análise da realidade nacional.

O objetivo da SUAS é assegurar a concretude dos preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social e integrar o governo federal com estaduais e municipais em uma ação pública comum de garantia de direitos universais.

Conforme cita Carvalho (2004,p.50): “O SUAS materializa o conteúdo de LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social”.

Ressaltamos que o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS vem pautando sua atuação em três frentes: na defesa da inclusão dos direitos sociais sendo eles: o direito a renda, a segurança alimentar e a Assistência Social.

O Ministério do Desenvolvimento Social reafirma o compromisso da Assistência Social como política constituinte do Sistema de Seguridade Social Brasileiro, ao lado da Saúde e da Previdência Social (tripé da Seguridade Social), destinada a garantir direitos, proteger e promover socialmente os brasileiros na construção de uma nação mais próspera e justa.

Assim, conforme o art. 203 da Constituição de 1998: “Assistência Social é hoje um dever do Estado e um direito de quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade Social”.

A perspectiva da Assistência Social como política pública de proteção social impõe um exame da realidade brasileira, sob olhar privilegiado, para identificar quantos são, quem são e em que circunstância demanda os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

Assim, a política pública de Assistência Social é política de proteção às pessoas e às

circunstâncias, dentre elas o seu principal núcleo de apoio: a família e o território como alvos da Assistência Social.

Conforme cita o Manual Informativo do Ministério de Desenvolvimento Social (2005,p9): É, o núcleo familiar o espaço insubstituível de proteção e socialização primárias, independente dos formatos, modelos e feições que tem assumido as transformações econômicas, sociais e culturais contemporâneas.

A Assistência Social, como direito à proteção social, no sistema único de Seguridade Social, adquire duplo efeito: o da autonomia e desenvolvimento das capacidades e o de suprir as necessidades básicas do público alvo. Esse desenvolvimento depende da capacidade de acesso da família aos bens e recursos, pressupondo um incremento destas capacidades.

A reorganização de uma rede de serviços e proteção, aliada às políticas de transferência de renda, contribui para redistribuição dos acessos a bens e serviços, cumprindo os objetivos da Assistência Social.

Para o cumprimento desses objetivos e seguindo as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, o universo de pessoas que deles necessitam e sua complexidade.

São esses parâmetros que fundamentam a Rede de Proteção Social formada pela Rede de Proteção Básica e Rede de Proteção Social Especial.

A Rede de Proteção Social Básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situação de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições de vínculos familiares e comunitárias; e ainda destina-se à população que se encontra em situação vulnerável em decorrência da pobreza, privação de renda e acesso aos serviços públicos e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (por discriminações etárias, deficiência, entre outras).

Os objetivos da proteção social básica concretizam-se através do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que tem como uma de suas importantes funções a produção, sistematização e divulgação de indicadores sociais e urbanos de suas áreas de abrangências, para conexão com outros territórios, articulando os serviços com as demais políticas públicas locais, buscando assim atendimento integral necessário para superação das situações identificadas. A rede de proteção social básica compreende os seguintes serviços sócio-assistenciais: Serviço Sócio Educativo para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos; Serviço Sócio Educativo pra jovens; Centro de Convivência para idosos e o Centro de formação e informação para o trabalho.

Encontramos também nessa organização do SUAS a Rede de Proteção Social

Especial que por objetivo o atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócios educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A Rede de Proteção Social Especial se divide em alta e média complexidade, especializando os serviços, programas, projetos e benefícios.

Em síntese, as aprovações das principais diretrizes e fundamentos descritos, constituindo um Sistema Único de Assistência Social, ensaiam agora um planejamento estratégico de implementação dessa estrutura.

Cabe ressaltar, ainda, que as diretrizes aprovadas e a experiência acumulada na área da Assistência Social apontam para ações sociais articuladas com a transferência de renda e programas de inclusão produtiva.

Nesta perspectiva, efetiva-se a interface entre o SUAS, a política de Segurança alimentar e a política de transferência de renda, constituindo-se uma Política de Proteção Social no Brasil, de forma integrada e com o compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade; conforme documento do MSD (1995).

Conforme Sposati (2004, p.32): “Esta nova consolidação exige ter, estrategicamente claro, o âmbito das necessidades sociais da população brasileira que deverão ser problematizadas, descentralizadas e participativo da assistência social”.

A presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, fruto dessa deliberação, busca incorporar demandas presentes na sociedade, enquanto responsabilidade política, objetivando tornarem claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Santos considera (1995 p. 22):

Junto ao processo de descentralização, a política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos, faz diferenças no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração.

A Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva da SUAS, ressalta ainda o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, ou seja, uma nova concepção do uso da informação, do monitoramento e de avaliação no campo da política de assistência social.

Temos então Muniz (2004 p. 73):

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.

Assim essa perspectiva de análise, reforça a importância da política de Assistência Social no conjunto protetivo da Seguridade Social, como direito de cidadania, articulada à lógica da universalidade.

Um outro ponto importante a ser ressaltado seria a descentralização das ações para o âmbito dos Estados e Municípios e o poder de decisão, de competência e de recursos, com autonomia das administrações, na elaboração de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologias, formulação, implementação, monitoramento, avaliação e sistema de informação das ações definidas, possibilitando assim a participação ativa da população na construção dessa reestruturação.

Como estamos ressaltando a Política Nacional de Assistência Social e o SUAS não podemos deixar de destacar a Política de Assistência Social no município de Bauru, em que é realizado o serviço de Preparação para o Primeiro Emprego que é objeto desta pesquisa.

A Política de Assistência Social de Bauru foi elaborada já com base na nova Política Nacional da Assistência Social, fundamentada ainda no estudo de situação da cidade, levando em consideração que Bauru possui atualmente cerca de 350 mil habitantes e representa 178 IDHM nacional.

Com relação a exclusão social, Bauru encontra-se na 49 posição nacional entre as cidades com menor índice; o índice de pobreza na cidade não é tão elevado, mas o maior desafio seria a desigualdade social que aumenta a distância entre os ricos e os mais pobres.

Conforme afirma Muniz (2004 p. 73): “a desigualdade não se refere apenas à distribuição de renda, mas ao acesso às riquezas e bens que a sociedade vem produzindo”.

Aponta ainda que 24,55% da população bauruense estavam abaixo da linha da pobreza, enquanto 5,14% estão na linha de indigência isto é, indivíduo com renda mensal abaixo de um dólar por dia (2004).

A política apresenta alguns dados interessantes sobre os indicadores sociais do município, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000 (IBGE) : número de adolescentes residindo no município de Bauru, sendo de 30763, o índice

de analfabetismo de adolescentes com faixa etária de 15 anos e mais, de 5,24 e por fim a população de 18 a 24 anos que possuem o ensino médio completo em torno de 47,79% fonte esta também tirada do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano 2000.

O quadro da rede de serviços sócio-assistenciais (MUNIZ,2005 p. 50) ressalta que à época existiam apenas 05 entidades governamentais e não governamentais que atenderiam adolescentes de 15 a 17 anos, necessitando de ampliação de serviços para essa faixa etária.

Ressaltamos que a cidade vem implantando a partir de 2005, outros serviços e benefícios, tanto na rede de proteção básica como especial, ampliando o atendimento voltado para o público adolescente. A título de informação pontuamos que 400 adolescentes foram beneficiados com bolsa do Programa Ação Jovem, do Governo do Estado, e 455 com bolsas do Programa Pró Jovem Adolescente, do Governo Federal (junho, 2008) e hoje existem onze unidades de serviço de preparação para o primeiro emprego.

A Política Nacional de Assistência Social é gerida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e estabelece como diretrizes:

I-Descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais á esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas ás esferas estadual e municipal, bem como a entidade beneficente e de Assistência Social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II- Participação da população, por meio de organização das políticas e no controle das ações em todos os níveis;III- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;IV- Centralidade na família para concepção e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos.

Em resumo, a cidade de Bauru vem buscando por meio da Secretaria do Bem Estar Social, efetivar, através do SUAS, a garantia de direitos, bem como seu acesso as demais políticas públicas.

2.2 Fundamentos Legais das Políticas para Adolescentes no Brasil

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem o objetivo de proteger a integridade da criança e do adolescente; O ECA foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 e representa um avanço no direito das pessoas ao explicitar os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, já previstos na Constituição Federal de 1988,

que elevou a criança e o adolescente a preocupação central da sociedade e orientar a criação de políticas públicas em todas as esferas de governo (União, Estado, Distrito Federal e Municípios), mediante a criação de conselhos paritários (igual número de representantes do Estado e da sociedade civil organizada). Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente introduz em 1990 mudanças significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores, instituído em 1979. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando os governos municipais.

O ECA resgata juridicamente a cidadania e a atenção universalizada a todas as crianças e adolescentes e respeita as normativas internacionais destinadas a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento.

Não podemos deixar de destacar as relações entre o ECA e a LOAS que devem ser elucidadas pelos respectivos Conselhos Nacionais, por meio de normas infralegais que regulamentem as práticas cotidianas no nível dos Estados e das municipalidades.

Devemos admitir que, no momento, existe uma zona cinzenta na aplicação prática das duas leis. Isso, no entanto, pode ser resolvido com normas claras, que estabeleçam critérios de convivência entre as legislações nos diversos níveis da federação: União, Estados e municípios. O Estatuto, em consonância com a Constituição Federal, prevê dois órgãos de participação direta da sociedade: o Conselho Tutelar e o Conselho da Criança e do Adolescente.

Com isso, instrumentalizaram-se mecanismos para que a sociedade possa participar da elaboração de políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente e da fiscalização dos direitos e garantias assegurados pelos dispositivos legais, por meio dos conselhos de controle social.

De acordo com Martins (2004, p.199), no processo de construção do novo paradigma – que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos -, estes conselhos se constituem em espaços fundamentais para o estabelecimento de novos mecanismos de ação política que se proponham a assegurar os direitos fundamentais previstos no Estatuto.

Assim, Vogel (1995, p.32, *apud* MARTINS, 2004, p.199), comenta que:

O Conselho Municipal de Direitos, por exemplo, surge aí como um órgão deliberativo e controlador das ações com a participação popular por meio de organizações representativas, assegurada em

lei municipal. O que, no entanto, significa isto senão que a tal Conselho cabe o poder decisório em todas as questões relativas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município, além de efetivo controle das ações governamentais e não governamentais, em todos os níveis. Mas isso não é tudo. Aos Conselhos de Direitos, vincula-se ainda o Fundo Municipal, cujos recursos só podem ser destinados de acordo com os critérios estabelecidos pelos conselhos.

Os Conselhos Tutelares são órgãos que devem ser criados por leis municipais e são encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente eles são compostos por cinco membros diretamente eleitos pela comunidade para um mandato de três anos.

Conforme Art. 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente: As entidades governamentais e não-governamentais referidas art.90 serão fiscalizados pelo judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Uma das principais conquistas do Estatuto foi a criação de mecanismos de participação da sociedade no enfrentamento à violação de direitos e na deliberação e fiscalização de políticas públicas como os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos. O mesmo pode ser dito para os programas de políticas públicas voltados para a legitimação da participação dos movimentos sociais que articulam e conscientizam sobre os mecanismos criados para a efetivação dos direitos; gozam de autonomia; são permanentes, não-jurisdicionais e independentes.

Nesse contexto vale ressaltar conforme Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente que diz: O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Portanto a autonomia consiste no fato de o Conselho não necessitar de ordem judicial para aplicar e decidir as medidas protetivas (são exemplos: encaminhamento aos pais e responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; abrigo em entidade; requisição de tratamento médico, psicológico, psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial - art. 101 do ECA). Sua independência é relativa, pois é submetido à fiscalização do Conselho Municipal de Direitos, do Ministério Público, da autoridade judiciária, das atribuições dos Conselhos Tutelares que são voltadas para a solução dos problemas que atingem a criança e o adolescente de uma determinada cidade ou região.

Para tanto, o Estatuto prevê uma série de medidas a serem adotadas pelos Conselhos, tais como: atender crianças e adolescentes que tiveram os direitos violados ou ameaçados; aplicar medidas de proteção; atender ou aconselhar pais ou responsáveis; encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; requisitar serviço público nas áreas de saúde, educação, previdência, trabalho e segurança, entre outros.

O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é outro órgão composto por membros da sociedade civil e que tem como finalidade a deliberação e o controle das ações governamentais em todas as questões relativas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescentes está presente em esferas municipal, estadual e federal. Cabe a ele não somente traçar diretrizes, mas também, detalhar e fiscalizar a execução, por parte do Poder Executivo, das políticas por ele deliberadas. Um aspecto relevante a ser ressaltado são os mecanismos estabelecidos pelo ECA para assegurar a autonomia do Conselho Tutelar e a existência do Conselho de Direitos.

Ao primeiro, a lei municipal que o criar deverá dispor sobre os recursos que lhe serão destinados. Ao segundo, o artigo 261 do ECA condiciona o repasse Federal dos recursos referentes aos programas e atividades à existência dos Conselhos de Direitos. O fato de os Conselhos Tutelares e de Direitos serem compostos por membros eleitos pela comunidade significa a participação direta da sociedade na fiscalização e solução dos seus próprios problemas. Isto se mostra importante, uma vez que não há ninguém melhor que os próprios membros da comunidade ou Organizações da Sociedade para deliberarem quais os principais problemas relacionados à infância e à juventude, traçar metas, solucioná-las e aplicar medidas protetivas.

Sendo assim a descentralização e participação promovida pelo ECA é um exemplo bem sucedido da aplicação do princípio participativo presente na Constituição Federal, a população, envolvida em solucionar seus problemas, reivindicar seus direitos e deliberar sobre as políticas sociais que os beneficiam, é um elemento fundamental na construção do sonho democrático de 1988.

Antes do ECA, existia o Código de Menores, uma lei apenas para pobres, abandonados, carentes ou infratores, que deixava quase tudo nas mãos dos juízes e das FEBEM e não oferecia possibilidades de participação da sociedade, fruto da luta da sociedade pelos direitos infanto-juvenis, o ECA garante que todas as crianças e adolescentes, independente de cor, raça ou classe social, sejam tratados como cidadãos que precisam de atenção, proteção e cuidados especiais para se desenvolverem e serem adultos saudáveis.

Conforme Art. 7º do Estatuto da Criança e Adolescente:

A criança e o adolescente têm direito a proteção á vida e á saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Direito à vida e à saúde é a criança ter direito a ser protegida desde a barriga da mãe para ser gerada com segurança e saúde, a criança e o adolescente também têm direito à assistência médica e odontológica de graça e prioridade em casos de ajuda ou socorro.

Assim coloca o Art.15 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

A criança e adolescente têm direito a liberdade, ao respeito e á dignidade como pessoas humana sem processo de desenvolvimento e como sujeitos de direito civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis.

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, a criança e o adolescente têm direito de ir e vir e de permanecer em locais públicos ou comunitários; têm direito de expressar suas opiniões, de ter uma religião, de brincar, praticar esportes e se divertir; sendo que não podem ser humilhados, agredidos, discriminados ou maltratados por qualquer pessoa, inclusive da família.

Conforme Art.19.do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e , excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária , em ambiente livre da presença de pessoas dependente de substância entorpecentes.

Para tanto, segundo Carvalho (2002, p. 15):

A família precisa ser compreendida “como grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantém estreita relação com o contexto sociocultural”. O projeto econômico neoliberal dissocia a família do seu contexto social, econômico e cultural, repassando-lhe de forma linear toda responsabilidade de prover o sustento de sua prole, garantir a educação de seus membros, ainda que este contexto seja adverso ou violento.

Direito à convivência familiar e comunitária, toda criança e adolescente têm direito de ser educado em uma família, de preferência a natural, que não poderá ser desfeita por falta de dinheiro, cabendo ao governo garantir apoio às famílias em dificuldades.

Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, o direito de acesso à educação significa poder estudar em uma escola perto de casa (caso não seja possível, ter acesso a transporte escolar), totalmente gratuita e com professores e condições físicas e materiais para o ensino de qualidade. O direito à cultura, ao esporte e ao lazer complementa o direito à educação e ao desenvolvimento;

O direito à profissionalização e à proteção no trabalho significa que: o trabalho é permitido somente aos maiores de 16 anos, quando deverão ser garantidos os mesmos direitos trabalhistas de qualquer adulto, ficando proibido apenas o trabalho noturno (das 22h até às 5 horas), insalubre ou perigoso. Antes dos 16 anos é permitido ao adolescente participar de cursos profissionalizantes.

Sendo assim o Art. 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece:

O Adolescente tem direito a profissionalização e a proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Perante esta lei, o adolescente entra protegido no mundo de trabalho contemporâneo e exigente, sendo que aquele que tiver seus direitos violados poderá se defender.

2.3 Mundo do Trabalho e Qualificação Profissional de Adolescentes

O chamado mundo do trabalho tem passado por profundas transformações nas últimas três décadas. Além dos efeitos destrutivos e regressivos da crise estrutural do capitalismo e dos estragos do neoliberalismo

- causadores de desemprego massivo, informalidade, precarização e corrosão dos salários, também está em curso uma terceira revolução tecno-científica que produz abalos nas próprias unidades de trabalho, que é a introdução da microeletrônica, no acelerado processo de reestruturação produtiva do capital, gerando enormes polêmicas. Indaga-se sobre os seus reflexos no trabalho e sobre o próprio futuro do proletariado.

Prevê-se que essa nova fase da automação "libertará o jovem" e resultará em progresso para toda a humanidade. No entanto podemos argumentar que as novas tecnologias, sob domínio do capital, servem para elevar ainda mais a concentração de

riquezas e resultam em enormes prejuízos para os jovens trabalhadores.

A reorganização do mundo do trabalho na economia globalizada, portanto, é paradoxal; gerando uma incerteza em todos os aspectos do trabalho (mercado, emprego, renda e representação), constitui-se na realidade numa desorganização que está refletindo também no modo de viver, de pensar e sentir a vida hoje.

Se a segunda revolução industrial trouxe a conversão do trabalho em trabalho assalariado, a terceira está trazendo o fim deste, e convertendo progressivamente ciência e tecnologia em forças produtivas, o que representa grandes desafios para o processo educacional do jovem. Porém, a nova organização flexível do trabalho coloca em questão esses pressupostos tradicionais. Na era das novas tecnologias de comunicação e informação, o conteúdo qualitativo do trabalho passa a ser privilegiado, transformando-se, assim, sua concepção. As novas competências, tendo em seu centro a dimensão reflexiva superam a estreiteza das habilidades manuais, colocam-se sobre a clássica noção de qualificação e constituem-se na profunda transformação da natureza do trabalho, que passa a ser definido em termos de "mobilização de competências". Ao se combinarem o conhecimento e a inteligência organizada, as competências e os saberes pós-modernos emergem como um "novo fator de produção" sobre o qual se desloca o poder que era detido pelo capital.

Interpretando Ricardo Antunes, (1998, p.152), ressalta-se que o capitalismo contemporâneo vem passando por uma crise estrutural de caráter cíclico, no qual mesmo em período de crescimento econômico e lucratividade do capital tende a não ser sustentável, levando a promover reestruturação organizacional, no mercado de trabalho, afim de criar novas condições para acumulação do capital.

O desenvolvimento da conjuntura da crise capitalista sobre o mundo do trabalho é atingida pelo impacto de um complexo de transformações produtivas, que promovem alterações de longo alcance nas dimensões da classe trabalhadora, atingindo as grandes empresas que tende a promover mudança na própria capacidade de organização e confronto do setores mais avançados da classe trabalhadora.

O autor (1998) ainda ressalta que as metamorfoses do mundo do trabalho contemporâneo são nomeadas como uma processualidade contraditória e multiforme, caracterizada de um lado por um efetivo processo de intelectualidade do trabalho manual e de outro, por uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, repercutindo no movimento dos trabalhadores e em sua consciência de classe. Observa-se o movimento do processo de trabalho, em que os modelos se mesclam ou são substituídos por novos modelos, por medo dos quais se observa o privilegiamento da flexibilização tanto do trabalho produtivo quanto da organização do

trabalho e dos trabalhadores. Os sinais dessa processualidade são evidenciados pela heterogeneização, fragmentação e complexificação que caracterizam o conjunto da classe trabalhadora nesse novo século, conforme diz Antunes, (1998,p.153). Segundo, o mesmo autor, (1998,p.50), a tese central é de que o mundo capitalista está vivendo uma grande transformação, responsável pela mudança do seu funcionamento mas não de suas estruturas e leis fundamentais. O autor coloca que desde a constituição do capitalismo como um sistema econômico global e nacional, a um só tempo e durante toda sua expansão, nestes últimos cinco séculos, os capitais demonstraram a mesma vocação compulsiva e competitiva ao império e a globalidade; todas as grandes transformações do sistema capitalista envolveram simultaneamente, decisões e mudanças no campo da concorrência e acumulação do capital e da luta e centralização do poder político.

Segundo Antunes (1997, p.50):

A crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta para uma relação cada vez mais individualizada.

Nas últimas décadas o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica.

A mudança do capitalismo nessas últimas décadas tem provocado impactos radicais no mundo do trabalho, com consequência direta na vida dos trabalhadores, o contexto do mundo do trabalho abrange um amplo conjunto de fatores que englobam todas as relações de trabalho, como o mercado consumidor, a organização dos trabalhadores, a legislação, os mecanismos de previdência e bem estar social.

Sendo assim podemos perceber que o trabalho sempre esteve presente na vida das crianças e adolescentes das camadas populares. A pobreza, persistente na história da humanidade, leva os adultos a lançarem mão de seus filhos na estratégia de sobrevivência do grupo familiar. E o mercado por sua vez, oferece espaços e até iniciativa a incorporação dessa mão de obra.

Guerra (1995 p.13) afirma que é pela via do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades, criando, para isso, os meios que lhe permitem. A satisfação destas, ao mesmo tempo em que as cria, reproduz se enquanto ser prático social. O trabalho é para o homem a condição natural de sua existência à sua condição de homem.

No entanto as estatísticas demonstram que está ficando cada vez mais difícil conseguir o primeiro emprego no Brasil. Estudo do economista Marcio Pochmann

(2003,pg.14), da Universidade Estadual de Campinas, mostra que o aumento da desocupação entre brasileiros de 15 a 24 anos na década de 90, foi igual ao crescimento da entrada dessas pessoas no mercado de trabalho, segundo ele todas as classes sociais estão sendo atingidas.

Os efeitos dessa situação refletem na vida dos adolescentes, no que se refere aos direitos básicos e na inserção precoce desse contingente no mercado de trabalho.

Para as crianças e adolescentes das classes mais vulneráveis, a questão trabalhar ou não trabalhar não constitui um dilema, ela simplesmente não existe.

Os adolescentes, ou pessoas no início da idade adulta, representam pouco menos que a metade dos balconistas, auxiliares de escritório, vendedores, etc. As mulheres, em relação aos homens, destacam se nessa situação, ficando demonstrado que a profissão comerciante é mais para elas, em sua quase totalidade transitório. Atualmente, como sempre, as crianças e adolescentes trocam infância, a saúde e as aspirações por diminutos salários, mais preciosos, salários com os quais reforçam a renda familiar, e são explorados principalmente pela sociedade que os acolhe.

Com o enxugamento dos postos de trabalho, Alves (1997, p.41) afirma que pode se observar na realidade brasileira um crescimento líquido negativo do emprego formal, muito embora haja criação de oportunidades no mercado não formal, através da terceirização, da criação de pequenas empresas e da contratação temporária.

Levando em conta a situação sócio econômica do país, a força de trabalho da criança e do adolescente é válida, por outro lado é evidente que o prejuízo para o seu desenvolvimento, principalmente quando são vítimas de exploração.

Mas o trabalho é, também a forma que a adolescente encontra para adquirir certos direitos, principalmente no lar.

É preciso não deixar de levar em conta que uma das grandes lutas que o adolescente sustenta é fazer se reconhecer como um ser responsável, que já não é mais criança, e excelente meio para alcançar tal objetivo é o trabalho.

Conforme OLIVEIRA (1995,p.5) :

O trabalho é, inquestionavelmente, valor, como instrumento de realização da pessoa humana; posto porém, no nível em que se situam a infância e a adolescência, subordina se a outros valores tais como o direito de ser criança, direito á educação ao convívio familiar, à saúde, ao lazer, á formação técnico profissional, valores que não podem ser sacrificados e que exigem políticas públicas e ações de todos os segmentos da sociedade para preservá-los prioritariamente.

O adolescente é um trabalhador mais facilmente adaptável ao esquema da empresa, não reivindica salários ou condições de trabalho, incluindo ainda sua maior subordinação e/ou docilidade quando comparados aos trabalhadores adultos por isso, enquanto se mantiverem os atuais níveis de pobreza e desemprego, não haverá como evitar que os adolescentes e crianças das classes menos favorecidas participem da atividade econômica.

A necessidade de ganhar um salário para manter-se ou completar o orçamento doméstico, antes mesmo de ter acesso a algum tipo de trabalho, seja regular ou informal, leve ou pesado, saudável ou insalubre é fato e evidente. Também são contratados para funções cujos nomes nem sempre são obrigados a desempenhar, os adolescentes expõem-se a risco que desconhecem, tornando-se presas fáceis do acidente de trabalho ou de doenças profissionais.

E assim, o direito de vivenciar a adolescência é comprometido na relação que a criança desenvolve logo cedo com o mundo do trabalho, tornando-se parte de uma categoria que passa a ser obrigada a ter responsabilidades que não são próprias a sua idade e que lhes desoportuniza a vivência e a garantia de seus direitos elementares, como lazer, esporte, escolarização, enfim, de sua preparação para a vida adulta. (OLIVEIRA, 1994, p.32)

Dentro do mundo do trabalho é importante ressaltarmos quanto a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens que se faz tão importante na concorrência e amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração.

Dentro deste contexto, a aprendizagem no Brasil, historicamente regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no capítulo referente ao menor, passou por um processo de modernização com a promulgação das Leis nº 10.097/00 e 11.180/05. Esta última foi responsável por estender até 24 anos a faixa etária das aprendizagens.

A aprendizagem prepara o indivíduo para desempenhar atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. A formação técnico – profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, preferencialmente em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, sempre em funções que exijam formação profissional.

Essa formação realiza-se em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de instituições de aprendizagem legalmente qualificadas. O aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza, que possuam empregados regidos pela CLT. A matrícula em programas de aprendizagem deve

observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFLs), que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Diante disto aos jovens são assegurados por lei, conforme coloca o Decreto nº 5.598:

Art 7º - A formação Técnico – Profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios: I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental; II – horário especial para o exercício das atividades; III – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito á sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Ressalta-se, portanto, conforme Zagury (1996, p.15) que a adolescência vem se tornando, ao longo dos tempos, na nossa sociedade, uma fase de mais longa duração. As gerações de há três décadas tinham como principais sonhos a independência e a auto suficiência. Estes dois motivos levavam os jovens a cedo saírem de casa, mesmo ainda não profissionalizados. Ter o seu cantinho, não depender dos pais, era uma questão de honra.

Ainda do ponto de vista profissional a autora (1996), coloca que quanto mais cedo começarmos a trabalhar com conceitos de responsabilidades, igualdade, direitos e deveres, solidariedade, cooperação, mais chances estaremos dando de os jovens se tornarem pessoas íntegras, produtivas e com objetivos na vida, por isso se faz tão importante na vida dos jovens estarem ingressados no programa de preparação e qualificação profissional.

Conforme Artigo 1.º da CLT – Lei do Primeiro Emprego:

Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens – PNPE, vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover: I – a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e II – a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

Portanto, baseado na Lei citada acima, dentro de um programa de qualificação profissional aplica-se a questão do jovem ser treinado para ser um empreendedor por meio de tais habilidades, sendo, Identificação de novas oportunidades: o empreendedor se caracteriza exatamente pela facilidade para identificar novas oportunidades de produtos e serviços. Esta habilidade relaciona-se com a capacidade de ver o que os outros não vêem e de visualizar o ausente, é o famoso “faro”. O processo de identificação de oportunidades depende fortemente da criatividade e da capacidade de pensar inovadoramente, coloca o autor. A lição é clara: o empreendedor não pode perder contato com a realidade que o cerca, a melhor fonte para a sua inspiração é a sociedade em que ele vive, e diante desta sociedade, o empreendedor deve ser, antes de tudo, um inovador.

Valoração de oportunidades e pensamento criativo: a avaliação crítica é essencial para distinguir uma oportunidade real de uma falsa, as iniciativas inovadoras são escassas, porque o desenvolvimento da criatividade e da avaliação crítica não está amplamente incorporado ao sistema educativo. Para ser bem sucedido, o empreendedor tem de pensar criativamente e fazer uma valoração das oportunidades que surgem.

Referente a qualificação profissional, aos jovens é importante a orientação profissional a qual tem por objetivo a averiguação das suas aptidões, das suas tendências, das suas aspirações, da preparação geral e específica conseguida.

O direito á profissionalização é garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo V, em seu art. 69, quando observa-se a questão da capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Segundo Oliveira (1994, p.23), a formação profissional deve ser resultado de uma ação contínua, isto é, deve perdurar todo o período da vida escolar e depois prosseguir por toda a vida.

Na formação técnico profissional ou na formação profissional há uma correlação privilegiada entre educação e trabalho porque em abas, quando corretamente aplicadas, há educação para o trabalho e pelo trabalho. Em todo processo de profissionalização há alternância de teoria (educa-se para o trabalho) e da prática (educa-se pelo trabalho), sem que a preposição “pelo” indique ser o trabalho o único meio de educar-se e sem que o “para” aponte o trabalho como valor supremo e impedindo uma posição crítica (positiva ou negativa) sobre todo trabalho em suas condições concretas, sobretudo quando é fator de exploração ou aviltante.

Diante do triste quadro de nosso país, onde a maioria dos adolescentes é de uma forma ou de outra obrigadas a trabalhar para complementar a renda familiar, é de suma importância que as instituições forneçam subsídios para formação profissional desses

adolescentes, proporcionado desta forma, seu ingresso no mercado de trabalho.

De acordo com Spindel (1985, p.32), o que se tem na realidade é uma preparação para o trabalho completamente desvinculada que através do ensino profissionalizante irá responder mais às necessidades de maximização da eficiência produtiva, do que a formação propriamente. Não há na prática, oferta de formação profissional para adolescentes. Os programas existentes para a formação profissional do adolescentes estão voltados para o alvo das instituições, promoção social, habilitação profissional, recuperação profissional do que propriamente atender as habilidades e potencialidades do sujeito em situação, constituindo a meta do atendimento institucional.

Portanto a formação profissional entra como elemento importante no processo educativo, em que todas as instituições deveriam ter pois somente através deste processo é que irá garantir aos adolescentes, seus direitos enquanto cidadãos, deixando de ser vista como projeto para pobres que ao longo de sua história, vem assumindo contraditoriamente o caráter de sistema de aperfeiçoamento e reciclagem dissociado do sistema educacional.

A relação que tem sido feita entre o trabalho educativo e a pré- aprendizagem como uma de suas modalidades merece breve explicitação. O Glossário da Formação Profissional – Termos de Uso Corrente, (BIT, Genebra, 1.987 p.26) assim conceitua a formação pré profissional, Formação, organizada fundamentalmente visando preparar os jovens para a escolha de um ofício ou de um ramo de formação familiarizando-os com os materiais, os utensílios e normas de trabalho próprias a um conjunto de atividades profissionais. Na verdade, corresponde ao que o mesmo Glossário conceitua como Iniciação Profissional Prática, como tal entendido o conjunto de breves períodos passados no exercício uma observação de diferentes atividades profissionais. Sua finalidade é dar a pessoas desprovidas de experiência profissional a possibilidade de ter uma idéia mais precisa das condições de trabalho, de ofícios ou profissões que lhes interessam e de lhes permitir assim escolher sua profissão com conhecimento de causa.

A inexistência de programas sociais com essa finalidade implica uma alternativa cruel: o adolescente é deixado a própria sorte debatendo num oceano que o afoga.

Na instituição, a formação técnica profissional deve ser conduzida por objetivos que vão de encontro com as aspirações da criança e do adolescente, orientando os na elaboração de expectativas compatíveis com suas condições e criando condições de aproveitamento do esforço dos mesmos averiguando sempre as condições de mercado de trabalho onde irão serem encaminhados, para que esse aprendizado não tenha resultados nulos, de frustrações para o adolescente, sendo este, um papel de relevante importância da instituição.

A opinião que se chega é que devido a precariedade do nosso modelo brasileiro que não se educa o adolescente para o trabalho, o grande contingente de adolescentes que se profissionalizam aprendem ofícios de modo totalmente empírico, sem nenhuma sistematização e se lançam no mercado de trabalho à base da tentativa, ensaio e acerto. Com o correr do tempo muitos se tornam bons profissionais do ramo. As falhas são recobertas também por um sem número de cursos livres de capacitação profissional, desvinculando do modelo educacional.

O Brasil tem uma grande quantidade de programas governamentais e não governamentais que cuidam da inserção do adolescente no mercado de trabalho, cujo objetivo principal é “ tirar o adolescente da rua “ capacitando o para o trabalho, enfatizando sua formação integral enquanto cidadão.

Segundo Oliveira (1994, p.36) os programas sociais deveriam estar engajados dentro de um projeto pedagógico, no qual tivesse condições objetivas para inserir todos os adolescentes no mercado de trabalho sendo inteiramente qualificados ou ao menos pré-profissionalizados, pois qualificação é quase sempre acompanhada de promoção de cidadania.

Não há na maior das inserções, mobilidade ou ascensão ocupacional. Em outras palavras, o adolescente vive sua adolescência no mundo do trabalho, não retirando dele nem mesmo um aprendizado que lhe permita ascensão. Atua somente em atividades cujo ponto terminal será o mesmo do início do trabalho.

A sociedade não lhes oferece meios e oportunidades capazes de resgatá-los da condição de miséria, pois não lhes oferece um ensino profissionalizante que garanta sua formação profissional e os renumere na medida de sua produtividade, a fim de motivá-los. Ao contrário, não lhes abre perspectiva para o futuro.

Além do que dificilmente o adolescente começa trabalhar na profissão que desejaria. Na maioria dos casos começa a trabalhar no que é possível, segundo as oportunidades oferecidas pelo meio.

A profissão prende-se ao futuro do adolescente, porque ele vê nela possibilidade de ganhar a vida, a conquistar um lugar na sociedade e se sentir economicamente protegido.

2.4 O Serviço Preparação para o Primeiro Emprego do Instituto Naf – Jaraguá na cidade de Bauru

Frente ao fenômeno mundial do desemprego, desencadeado por múltiplos fenômenos

que atingem milhões de pessoas em todo o país, faz-se necessário a articulação de projetos que promovam a capacitação e preparação pra o mercado de trabalho, como importantes ferramentas na luta contra a pobreza e pela inclusão social.

Mediante essa realidade, e em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que determina a promoção da integração ao mercado de trabalho, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, artigo 69, é que o serviço de Preparação para o Primeiro Emprego executado pela FUNDATO e articulado com a rede sócio-assistencial do município, sob a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEBES, conjuntamente ligado a Prefeitura Municipal de Bauru, através da articulação de parcerias, prioritariamente junto a Rede de Proteção Social Básica, organizada nas regiões de maior concentração de pobreza do município, busca oferecer aos adolescentes, maior preparo para ingressarem nesse mercado tão competitivo, contribuindo para a igualdade de oportunidades, facilitando e melhorando a qualidade de vida do adolescente e sua família.

O objetivo do serviço é propiciar o desenvolvimento pessoal, de aprendizagem e de gestão, contribuindo para a igualdade de oportunidades à inserção no mercado de trabalho.

O importante é dar a esses adolescentes perspectivas para o futuro, e prepará-los para a vida, investindo no seu desenvolvimento e crescimento pessoal, assim como na suas relações interpessoais e habilidades de comunicação empática.

Sendo os objetivos específicos do serviço: Favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional para o convívio no cotidiano da família e trabalho, valorizando as relações humanas; Proporcionar o conhecimento das profissões, contribuindo para a identificação profissional e realização pessoal.; Despertar o interesse individual dos adolescentes para o aprimoramento sócio-profissional contínuo; Oportunizar o conhecimento das possibilidades de auto gestão, o empreendedorismo, fundamentais para o trabalho.

Como público alvo do serviço, estão adolescentes com idade compreendida entre 15 a 18 anos, de ambos os sexos, escolaridade mínima de ensino fundamental (correspondente à 5ª série), matriculados na rede pública de ensino e pertencentes a famílias da rede de proteção básica da Assistência.

Na questão da metodologia o serviço coloca que a metodologia a ser utilizada será reflexiva, visando à responsabilidade que cada pessoa possui sobre a vida a fim de buscar a superação de eventuais dificuldades, exercendo assim sua cidadania.

Quanto aos instrumentos e técnicas adotados serão: worksshop, debates, vídeos, vivências que facilitarão o alcance dos objetivos propostos, com a supervisão direta do serviço social, mediante entrevistas sociais, ações individuais e coletivas, visitas domiciliares e encaminhamentos.

Tais instrumentos técnicos operativos do Serviço Social são imprescindíveis para o trabalho com adolescentes e família, uma vez que possibilitam uma relação de coresponsabilidade de pais e/ou responsáveis no desenvolvimento, estímulo e crescimento desses adolescentes, viabilizando o intercâmbio entre coordenador, instrutor e psicólogo.

O Serviço Social atua efetivamente no acompanhamento familiar, suprimindo quando possíveis eventuais necessidades apresentadas e assegurando seu processo de acesso e inclusão aos bens e serviços e conseqüentemente a superação dos problemas vivenciados.

O serviço ainda prevê núcleos de aprendizagem, desenvolvimento pessoal e gerencial, indispensáveis às exigências do mundo do trabalho. Desenvolve, também, atividades para melhoria de leitura e escrita, visando atender as exigências do trabalho. Prevê ainda vivência prática em empresas públicas, privadas ou empreendimentos produtivos.

Buscando a formação dos participantes, o conteúdo programático será aplicado em 3 núcleos, com freqüência 3 vezes por semana, de 3 horas/aula no mínimo, totalizando 360 horas, descritas a seguir:

Núcleo de Desenvolvimento Pessoal – Mínimo de 160 horas

Compreende o domínio funcional da leitura escrita e profissional, além de outros aspectos cognitivos e relacionais como: raciocínio, capacidade de abstração necessária tanto para o trabalho como para a convivência grupal e definição de papéis na sociedade.

O trabalho de desenvolvimento humano significa a busca do afloramento da consciência, oportunidade para a continuidade do processo educacional e mudanças. Para Covey (1989, p.19), quando nos baseamos em princípios, nos norteamos por uma realidade objetiva que nos permite alcançar nossos objetos.

Os sete hábitos não são um conjunto de desconexo de fórmulas milagrosas para estimular as pessoas. Em harmonia com as leis naturais do crescimento, eles abordam de modo progressivo, seqüencial e altamente integrado o desenvolvimento da eficácia pessoal e interpessoal. Eles nos levam a realizar paulatinamente o progresso de amadurecimento, que passa da dependência para a independência.

Em busca da qualidade, não podemos deixar de lado o fator humano, pois somente a qualidade de equipamentos e técnicas não responde as expectativas do mercado competitivo; o desenvolvimento do ser humano torna-se fundamental para a sua inserção no mercado de

trabalho.

Buscar solução de dentro para fora constitui uma mudança dramática de paradigma para a maioria das pessoas ... (Covey 1989), o desenvolvimento pessoal se torna fonte de recursos, estimulando o potencial criativo, ampliando a visão de mundo de cada jovem dentro de suas próprias possibilidades.

Frankl (1999, p.17) coloca que:

Vivemos uma época de tangível sentimento de falta de sentido. Importa, sobretudo em nosso tempo, que a educação não se limite a transmitir conhecimento, mas também dedique seus cuidados ao refinamento da consciência, a fim de que o homem adquira acuidade suficiente para perceber em cada situação correta o desafio da exigência nela presente.

Afinal, em desenvolvimento humano busca-se sempre o despertar da responsabilidade e o aprimoramento da consciência, que por sua vez deve ser estimulada, para que os adolescentes possam agir e não apenas reagir às situações.

Núcleo de Aprendizagem – no mínimo 160 horas

Compreende o desenvolvimento de habilidades e competências por ocupações no mercado de trabalho.

Essas capacidades terão seus conteúdos teóricos e práticos distribuídos em módulos.

Núcleo Gerencial: 40 horas

Compreendido como noções de autogestão, associadas à de empreendedorismo, fundamentais para o trabalho e também distribuídos em módulos.

Durante o curso os adolescentes que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, realizaram 06 horas de estágio em algumas empresas parceiras do Instituto, o qual obteve um ótimo resultado, tanto por parte dos adolescentes como dos empresários; como prova disto uma das empresas colaboradoras se interessou por um adolescente o qual foi contratado, conforme estabelece a Lei do Aprendiz.

O Instituto também promoveu um evento para o encerramento do curso e entrega do diploma aos adolescentes. Houve a participação de todos os envolvidos no Instituto como também das empresas colaboradoras, além dos “formandos” e seus pais.

Isso é resultado de um trabalho ético, comprometido, valorizado, sem preconceito, competente e acima de tudo profissional.

Iamamoto (2001 p.148) afirma que:

Democracia envolve a luta pela ampliação da cidadania, com vistas a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os

cidadãos. Uma cidadania para todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma cidadania impulsionadora de novos direitos, que atribua na luta para a ampliação da legalidade institucional. A luta pela manutenção do caráter universalizante das políticas sociais é um desafio que se atualiza no dia a dia do assistente social.

Em síntese dentro deste contexto, podemos perceber que o trabalho desenvolvido pelo Instituto e seus profissionais, vem pautado nas novas diretrizes do SUAS, bem como no Projeto Ético Político Profissional que busca a efetivação da cidadania, a defesa dos direitos sociais, conforme cita a Lei Orgânica da Assistência Social Art. 4º Seção I, dos Princípios:

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidades.

3 - Metodologia e Cenário da Pesquisa

Neste capítulo serão apontados os procedimentos metodológicos utilizados para realização desta pesquisa e o cenário onde aconteceu, no município de Bauru.

3.1 Procedimentos Metodológicos

A realização da presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os impactos do serviço preparação para o primeiro emprego na inserção de jovens no mercado de trabalho desenvolvido pelo instituto Naf-Jaraguá no município de Bauru.

A pesquisa é de extrema importância em nossa contemporaneidade pois trata-se de um conjunto de estudos que objetivam a solução de uma dúvida (problema), de um processo de construção do conhecimento, de uma investigação sistemática orientada por um método, com o objetivo de levantar, explorar e analisar dados para a criação, formalização e ou renovação de áreas de conhecimento e ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré – existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa como atividade regular também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento.

A pesquisa na área social vem se tornando a forma mais válida para que os

profissionais que atuam na área social possam intervir na realidade conhecendo as necessidades da população usuária, quais suas expectativas, enfim possibilitando uma ação transformadora, que possa efetivar direitos e enfrentando as expressões da desigualdade social.

Neste sentido Martinelli (1999, p.16) pontua:

A pesquisa tem uma grande possibilidade de ser alimentadora da construção dessa prática. E por isso é que, a cada momento, se institui para os profissionais que acreditam na ruptura a necessidade de fazer da pesquisa uma mediação fundamental da prática social.

Portanto, para chegarmos ao tema da presente pesquisa, foram necessárias muitas observações e discussões do assunto selecionado. O trabalho teve início no mês de Fevereiro de 2008, quando houve reflexão sobre a escolha do tema. Decidido o tema, iniciou-se a elaboração de uma hemeroteca, que buscou através de leituras, publicações em jornais, revistas e internet, a fim de aproximar as alunas ao assunto proposto.

Posteriormente iniciou-se os levantamentos bibliográficos, concretizados através de fichamento de obras literárias, utilizadas para a fundamentação de todo o trabalho, já que, conforme pontua MINAYO (1994, p.18-19) “a teoria é muito importante, pois esclarece melhor o objeto a ser pesquisado, colaborando no levantamento de hipóteses, na clareza para a organização dos dados e subsidiam a análise dos mesmos” .

A mesma autora (MINAYO,1994,p.19) , ressalta ainda que:

Em resumo, a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e análise dos mesmos e de conceitos que vinculam seus sentidos.

Portanto a hemeroteca, o fichamento e por fim o projeto de pesquisa serviram de suporte a todas as fases dessa pesquisa científica, pois auxiliaram na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema, na análise e interpretação de dados e por fim na elaboração do relatório final.

O estudo em questão teve como objetivo geral desvendar os impactos do serviço de Preparação para o Primeiro Emprego na inserção e permanência de jovens no mercado de trabalho.

Como objetivos específicos comparar o perfil dos adolescentes inseridos no momento

do ingresso e atualmente, identificar o índice de jovens inseridos no mercado de trabalho e sua permanência até o momento da coleta de dados, desvendar a permanência na escola e expectativas em relação aos estudos; levantar como os participantes do serviço de preparação para o primeiro emprego e empregadores vêem o curso.

Deslandes (1994, p.35) a respeito da importância da pesquisa científica aponta que:

Pesquisa científica ultrapassa o senso comum, que por si só é uma construção da realidade através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstituída enquanto um objeto do conhecimento, através de um processo de caracterização possuidor de características específicas que une dialeticamente o teórico e o empírico.

O problema central levantado foi se o serviço de preparação para o primeiro emprego, desenvolvido pelo instituto Naf – Jaraguá, contribuiu para a inserção efetiva de jovens no mercado de trabalho formal, tendo como objeto de estudo os Impactos do serviço de Preparação para o Primeiro Emprego na inserção de jovens no mercado de trabalho.

O estudo fundamenta-se na hipótese de que através de um processo de formação integrada que propicia o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, o serviço de preparação para o primeiro emprego auxilia e contribui positivamente para a inserção no mercado de trabalho das classes menos favorecidas e empobrecidas.

A pesquisa realizada caracteriza-se como do nível do tipo descritiva, pois abordou um universo específico, possibilitando um aprofundamento maior do estudo.

Foram utilizados os métodos qualitativo e quantitativo, havendo a prevalência dos dados subjetivos com a exposição das falas dos sujeitos da pesquisa, apoiada por dados objetivos a respeito do perfil dos sujeitos pesquisados.

Assim, as técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, da pesquisa podem ser classificadas como de abordagem predominantemente qualitativa, seguida da quantitativa:

O método qualitativo é um estudo não estatístico que identifica e analisa profundamente dados não mensuráveis, como sentimentos, sensações, percepções, comportamentos passados, entendimento de razões, significados e motivações de um determinado grupo de indivíduos em relação ao um problema específico, que poderia ser resumido em: “ um estudo ao que fica oculto “.

A respeito da utilização do método qualitativo Martinelli (1999, p.25), sinaliza que nas pesquisas qualitativas:

(...) é imprescindível ter presente que, muito mais que descrever objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exigem uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa.

O método quantitativo, é um estudo estatístico que se destina a descrever as características de uma determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas a respeito de um problema de pesquisa, confirmando seus dados mensuráveis obtidos numa amostra são estaticamente validos para o universo do qual a amostra foi retirada.

Explanando sobre o método quantitativo Baptista (1999,p.34) afirma que:

A abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Para muitos autores a pesquisa quantitativa não deve oposto a pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua (...)

Portanto, diante das colocações dos autores acima, a decisão de utilizarmos os métodos quali-quantitativos está clara, haja vista que a junção de ambos os métodos enriquecem a pesquisa e proporciona conhecimentos diversificados e complementares que viabilizam de forma gloriosa o alcance dos objetivos esperados.

Para a coleta de dados, utilizou-se formulários aplicados, por meio de entrevista junto aos jovens, empregadores e profissionais, havendo predomínio dos aspectos subjetivos, já que foram retratadas as falas e valores dos sujeitos por meio de questões abertas. Porém, houve grande dificuldade para a realização das entrevistas, pois os adolescentes teriam certa dificuldade em se expressar. É relevante destacar que o universo da pesquisa foram os adolescentes que já concluíram o curso de Preparação para o Primeiro Emprego desenvolvido pelo instituto Naf- Jaraguá, no período de 2006 a fevereiro de 2007, totalizando, trinta e dois adolescentes.

Por se trata-se de uma pesquisa de avaliação de impactos, podemos dizer que, a avaliação de programas, serviços e projetos sociais proporciona a determinação da eficiência, eficácia e efetivação, possibilitando comparar os resultados obtidos aos objetivos e metas traçados, revelando os sucessos e fracassos das ações e possibilitando sua revisão, como também sua adequação às necessidades e interesses da população.

A avaliação é necessária pela necessidade de informações sobre os impactos produzidos pelos programas para o planejamento de novas ações, pelas pressões da comunidade nacional, sociedade civil e usuários por maior efetividade no uso dos recursos e eficácia dos serviços/programas ofertados, pelo imperativo ético-estratégico para o exercício do controle social e o imprescindível para a captação de recursos.

Existem três tipos de avaliação: de eficiência, também chamada “de processo” ou monitoramento, de eficácia, que avalia os resultados imediatos da ação, e de efetividade, cujo objetivo é avaliar os impactos, ou seja, as mudanças efetivas e duradouras ocasionadas já em determinado programa projeto ou serviço.

O monitoramento consiste no acompanhamento, registro e mensuração das ações; visando de desvios e o alcance dos objetivos e metas estabelecidas pelo programa.

Diante disto, monitora-se: as instalações e equipamentos verificando sua adequação para a prestação dos serviços propostos; em relação ao pessoal verifica-se a quantidade, a qualificação e a capacitação para execução das ações; já na rede de serviços e projetos: o alcance e cobertura das demandas, o grau de articulação e a qualidade do atendimento; e por ultimo os recursos financeiros.

Para monitorar deve-se montar um sistema de informação operativa e gerencial (banco de dados); especificar claramente objetivos e resultados esperados; utilizar-se de poucos indicadores; definir instrumentos adequados (observação, registros, mapas, reuniões, etc.) e definir prazos.

Carvalho (2001, p.35) sinaliza que:

No plano mais geral, a eficácia de um dado programa diz respeito à relação entre características e qualidades dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro.

Portanto, a avaliação produz informações relevantes para o aprimoramento das ações. Por isso, é parte essencial do processo decisório institucional.

Realizou-se o pré-teste no mês de julho/2008 com dois adolescentes, para a veracidade e pertinência do instrumental, não havendo a necessidade de alterações.

Foi adotada a amostra probabilística casual simples, sendo previsto a aplicação da pesquisa em 50% do total dos adolescentes, totalizando dezesseis adolescentes, dois empresários e três profissionais que trabalham com os adolescentes.

Vale ressaltar que para os adolescentes responderem os formulários foi explicado o motivo da entrevista tanto pelas alunas, como pela supervisora do campo. A participação por

parte dos adolescentes depois da aplicação dos formulários foi ótima, especialmente quando os mesmos tomaram conhecimento do assunto abordado pelas pesquisadoras, desejando colaborar expondo suas experiências e seu aprendizado.

Já com os profissionais e empregadores não houve dificuldade alguma, sendo que foram encaminhados questionários com seis perguntas aos empresários proprietários das empresas colaboradoras que se dispuseram a oferecer estagio aos adolescentes, e um questionário com seis perguntas aos profissionais que trabalham diariamente com esses adolescentes.

Após o tratamento dos dados, foi efetuada a análise e interpretação desses dados, com base na fundamentação teórica, possibilitando identificar e analisar profundamente os dados. Os dados foram organizados em três eixos: A inserção no mercado de trabalho; a evolução do processo de desenvolvimento dos adolescentes; perfil dos adolescentes na busca do primeiro emprego.

Os depoimentos coletados foram riquíssimos, sendo que essas informações tornaram a pesquisa muito mais completa.

3.2 Cenário da Pesquisa

A Pesquisa de campo foi realizada no NAF – Jaraguá instituto da Fundação Toledo, que é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1966.

O instituto presta serviços voltados a população usuária, visando a emancipação através de projetos e serviços implantados sendo: pronto atendimento social, centro de Convivência ao Idoso, Preparando para o Trabalho e Renda e Preparando para o Primeiro Emprego.

O serviço Preparação para o Primeiro Emprego é realizado através de uma parceria entre a fundação Toledo e a SEBES (Secretaria do Bem Estar Social). Sua área de atuação é a assistência social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social da cidade Bauru.

O instituto tem por finalidade oportunizar às famílias e a comunidade, serviços sócioassistenciais, objetivando a inclusão social e a efetivação da cidadania e viabilizar e proporcionar a emancipação social como prevê o SUAS.

A equipe de serviço social é composta por dois assistentes sociais e nove estagiarias. Vale salientar que, esta equipe trabalha comprometida com o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), que da embasamento ao profissional para desenvolver ações profissionais de forma ética e responsável, a efetivação dos direitos sociais da população

usuária, bem como a defesa da democracia da justiça social, da equidade e dignidade, enquanto cidadãos de direitos, conforme consta em nosso código de ética profissional.

O serviço social procura desenvolver um trabalho livre de injustiças, discriminações e preconceitos, reconhecendo a liberdade e individualidade de seus usuários, e comprometido com a qualidade de seus serviços prestados. Para que isto se concretize, busca-se parceria através da articulação com outros profissionais e instituições da rede. Exerce suas atribuições na efetivação dos direitos sociais dos usuários por meio do estudo social, informação e acompanhamento, além de atuar na viabilização de benefícios, no acesso aos serviços oferecidos pelas políticas públicas e pela comunidade. Com o conhecimento adquirido pelos usuários através do Serviço Social, ele vai em busca de seus direitos.

O objeto do serviço social no Naf- Jaraguá são as expressões da questão social, que estão ligadas a família e consistem em situação de vulnerabilidade social sendo: conflitos familiares, pobreza, desemprego, drogadição, fome, fragilidade social, falta de qualificação profissional, miséria, falta de saneamento básico adequado, violência de diversas formas, maus tratos, alcoolismo, gravidez precoce, entre outras.

Na sociedade estão estabelecidas as diferenças sociais, dessa forma o acesso aos bens e serviços fica muitas vezes prejudicado pela falta de conhecimento e informação.

Muitas famílias vivem hoje em condições de miserabilidade, devido a insuficiência de renda por não estarem inseridas no mercado de trabalho, sofrem pela falta de acesso aos serviços básicos e públicos, enfim, vivem em situação de exclusão social.

Destacamos ainda que os jovens são os mais afetados por taxas de desemprego acima da média da população e geralmente, recebem os menores salários, devido a insuficiente capacitação profissional. Também estão nesse grupo os maiores índices de criminalidade, pois a maior parte das vítimas da violência urbana é formada por jovens, assim como a maioria da população carcerária. No que se refere a saúde eles são extremamente suscetíveis a problemas como alcoolismo, uso de drogas e gravidez precoce.

Nos meios de sobrevivência que a população carente é estigmatizada e sofre todos os tipos de preconceitos, embora se discuta noções de cidadania, a condição de cidadão ainda não esta efetivada, pois a mudança de valores sociais e de conceitos não é aceita pela sociedade, principalmente pelas classes médias e alta, que não se sensibilizam e não se interessam pelas diferenças sociais, culturais, e econômicas dos grupos sociais que a compõem.

As famílias, bem como todos os indivíduos, são sujeitos que tem direitos: direitos a meios que garantam a sua sobrevivência , ao lazer, a proteção contra o desemprego, direito a saúde, a moradia, alimentação, e a política de assistência social busca a garantia de ter esses

direitos efetivados; conforme o primeiro artigo da lei orgânica da assistência social(LOAS) :

A assistência social, direito do cidadão e dever do estado, são política de seguridade social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizado através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas.

O importante é dar a esses adolescentes perspectivas para o futuro, e prepará-los para a vida, investindo no seu desenvolvimento e crescimento pessoal, assim como nas suas relações interpessoais e habilidades de comunicação.

Na questão da metodologia o serviço coloca que a metodologia a ser utilizada será reflexiva, visando à responsabilidade que cada pessoa possui sobre a vida a fim de buscar a superação de eventuais dificuldades, exercendo assim sua cidadania.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo tem como objeto os impactos do Serviço de Preparação para o Primeiro Emprego do Instituto Naf – Jaraguá na inserção de jovens no mercado de trabalho.

Na formulação do problema levantou-se os seguintes questionamentos: Quais os impactos do serviço em relação a inserção no Mercado de Trabalho; Mudanças em relação aos estudos , relacionamento familiar, e opinião sobre o curso. Após a elaboração destes questionamentos a pesquisa foi direcionada para a verificação da hipótese, utilizando-nos do método quali-quantitativo afim de desvendar a contribuição do serviço de Preparação para o Primeiro Emprego, para Inserção de jovens no Mercado de Trabalho.

Levantou-se como objetivo geral identificar a contribuição do serviço Preparação para o Primeiro Emprego junto aos adolescentes participantes e como objetivos específicos: Comparar o perfil dos adolescentes, no momento do ingresso e atualmente; identificar o índice de jovens inseridos no mercado de trabalho e sua permanência até o momento da coleta de dados; desvendar a permanência na escola e expectativas em relação aos estudos; levantar como os participantes do serviço de preparação para o primeiro emprego e empregadores vêem o curso. Diante destas considerações, passa-se a apresentar, analisar e interpretar os dados extraídos da pesquisa realizada junto aos participantes do Serviço.

4.1 Perfil dos Adolescentes

Nessa parte do estudo será retratado o perfil dos jovens participantes do Serviço Preparação para o Primeiro Emprego apresentado sinteticamente no quadro seguinte:

	ESCOLARIDADE	RENDA PER CAPIT	MORADIA
Sujeito 1	Ensino Médio Completo	65,00	Precária
Sujeito 2	Ensino Médio Completo	58,00	Precária
Sujeito 3	Ensino Médio Completo	92,00	Regular
Sujeito 4	Ensino Médio Completo	88,00	Regular
Sujeito 5	Ensino Médio Completo	79,00	Regular
Sujeito 6	Ensino Médio Completo	69,00	Precária
Sujeito 7	Ensino Médio Completo	85,00	Regular
Sujeito 8	Ensino Médio Completo	91,00	Regular
Sujeito 9	Ensino Médio Completo	87,00	Regular
Sujeito 10	Ensino Médio Completo	84,00	Regular
Sujeito 11	Ensino Médio Completo	76,00	Regular
Sujeito 12	Ensino Médio Completo	73,00	Regular
Sujeito 13	Ensino Médio Completo	78,00	Regular
Sujeito 14	Ensino Médio Completo	63,00	Regular
Sujeito 15	Ensino Médio Completo	50,00	Precária
Sujeito 16	Ensino Médio Completo	69,00	Precária

Quadro 1: Perfil dos Adolescentes participantes do Serviço Preparação para o Primeiro Emprego.

Dentre os adolescentes pesquisados no Serviço, pode-se evidenciar que a maioria dos sujeitos, que corresponde a 16 pesquisados, procuram o Serviço Preparando para o Primeiro Emprego em busca de ter uma oportunidade de adquirir conhecimento para se inserir no mercado de trabalho contemporâneo, a fim de conseguir ter sua própria renda e auxiliar a família.

Esses sujeitos, são adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social, pela pobreza, pertencentes a famílias que vivem com uma renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo atual, residem em moradias regular e precária, referente a escolaridade todos possuem ensino médio completo.

Frente a esse contexto, podemos constatar que os jovens pesquisados, são de camada popular, desprotegido e explorados pelo capitalismo, sendo que o Serviço Preparação para o Primeiro Emprego atua para que haja mudança nesse perfil.

4.2 Mudanças em relação aos estudos

A educação tem influência direta na vida profissional do jovem. Dependendo da escola em que o adolescente tenha estudado, ele terá uma bagagem maior de informação, proporcionando as melhores chances de inserção no mercado de trabalho. A Constituição Federal (Art.205) determina:

A educação, direito e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No entanto a escola pública brasileira hoje, não tem possibilitado uma educação de qualidade, muito menos qualificado o jovem para o trabalho.

Através dos dados coletados junto aos adolescentes que concluíram o curso Preparação para o Primeiro oferecido pelo NAF (Núcleo de Apoio Sócio Familiar, mantido pela FUNDATO – Fundação Toledo), concluiu-se que, ganharam estímulos para a continuar seus estudos, ganhando assim mais estímulo em suas vidas, associados a aprendizagem e informações obtidas, através de profissionais qualificados. E Desenvolvendo também hábitos para atuar e lidar com cada adolescente que se insere no curso, sendo cada um com uma história de vida, como pode se observar através dos depoimentos apresentados a seguir:

“ Passei freqüentar mais a escola, e me dedicar mais para conseguir boas notas, porque pretendo continuar a estudar para ter uma boa profissão no futuro.” (Sujeito 1)

“ Me estimulou a não faltar mais das aulas, me mostrando a importância do estudo, para que assim eu consiga fazer no futuro um curso profissionalizante , podendo desta forma ter uma profissão”.(Sujeito 2)

“ Me estimulou bastante, despertou meu interesse para estudar mais.(Sujeito 3)

“ Melhorei muito na escola, comecei a prestar mais atenção nas aulas, e a me dedicar mais” .(Sujeito 4)

“ O curso me mostrou a importância de estudar e tirar boas notas, para que assim eu possa ter um bom futuro “.(Sujeito 7)

“ Melhorou bastante depois que eu consegui participar do curso, fiquei mais atento e passei a ter melhores notas, porque antes só faltava das aulas”. (Sujeito13)

“ O programa contribuiu para um melhor desempenho e facilidade de entendimento das coisas, fazendo eu prestar mais atenção nas pequenas coisas que acontecem em minha vida “ (Sujeito 15).

Como se pode constatar pelos depoimentos dos adolescentes, eles freqüentavam a escola mais faltavam bastante e, ou, não estudavam o suficiente.

Percebe-se claramente a motivação que ganharam não só por freqüentar com mais assiduidade as aulas e a estudar, melhorando seu desempenho, como a continuar a estudar no futuro.

Diante desta realidade, constatamos a importância da escola no cotidiano dos adolescentes, não só como forma de aprendizagem e preparo para o exercício da cidadania, mas também como preparação para inserção no mercado de trabalho.

Quanto aos planos dos adolescentes para o futuro, os dados revelaram que os mesmos envolvem questões referentes à família e à preparação e atuação profissional, destacando-se a importância que eles atribuem à formação acadêmica para o seu futuro. Os resultados mostraram uma dimensão de futuro entre os jovens, associada à representação que eles têm da educação como elemento central em suas vidas, indicando que o estudo é visto como um facilitador da ascensão social, seja esta garantida por melhor emprego ou profissão, ou assegurada por um elemento abstrato, como "ser alguém na vida"

- frase possivelmente associada à busca de sucesso financeiro. Os planos para o futuro revelaram uma ênfase forte dada pelos adolescentes na questão de continuar estudando.

A busca pela continuidade dos estudos, representada pelo desejo de ingressar em um curso superior, demonstra a valorização atribuída à qualificação profissional como estratégia legítima para alcançar melhores condições de vida.

Segundo Martins (1992,p.21)

Aqueles que se profissionalizam através de cursos técnicos passam a comandar aqueles que apertam os botões, e assim a educação tem seu papel principal na transformação dessas pessoas, que passam a ter uma condição social e política diferente dos outros.

A escola não tem simplesmente o papel restrito de reprodutora da produção material para os estudantes. Ela permite, de forma subjetiva, a criação das condições necessárias para que aconteça a transformação da sociedade, elevando o nível intelectual dos estudantes num processo revolucionário de mudanças, ou seja, possibilita ao aluno ser um agente ativo de transformação da sociedade e não somente um mero assistente da história, armazenador de informações. Sendo assim, a escola e o trabalho estão relacionados um com o outro e podem mudar toda a sociedade. Depende de todos, tanto do Governo como dos cidadãos, a questão de acompanhar, ou melhor, prever mudanças e dar condições de crescimento a todos. Sendo assim a educação, trabalho, adolescente e globalização são temas discutidos na atualidade.

Conforme Covey (1989,p.36):

Vivemos uma Época de tangível sentimento de falta de sentido. Importa, sobretudo em nosso tempo, que a educação não se limita a transmitir conhecimento, mas também dedique seus cuidados ao refinamento da consciência, afim de que o homem adquira acuidade suficiente para perceber em cada situação correta o desafio da exigência nela presente.

4.3 Mudanças no Relacionamento Familiar

O diálogo aberto, a compreensão, o respeito pela individualidade de cada um, a transmissão de valores sólidos e o limite na medida certa são, sem dúvida, ingredientes que fazem a diferença. A família e a sociedade têm como função passar aos jovens a importância de lutar pelos sonhos e ideais e que sempre se deve investir no trabalho digno, honesto, que possa levar a uma realização pessoal e profissional. A família deve lutar para o desenvolvimento equilibrado de seus jovens em busca de uma sociedade mais justa e melhor para se viver.

Ressaltamos que um dos objetivos do Serviço Preparação para o Primeiro Emprego é o fortalecimento dos vínculos familiares. Neste sentido torna-se importante os resultados alcançados pelo serviço neste aspecto.

Foi possível constatar, mediante os depoimentos, a contribuição profissional que o Núcleo de Apoio Sócio Familiar proporciona no resgate e melhorias nos vínculos familiares dos adolescentes inseridos no curso.

A família parece ter sido redescoberta como a instituição capaz de centralizar as possibilidades de superação das condições de exclusão e de vulnerabilidade social às quais tem sido, historicamente, submetida grande parcela da população brasileira. Nessa direção, a centralidade sócio-familiar pauta a Política Nacional de Assistência Social, aprovada recentemente (PNAS/2004).

Considerando a família como um conjunto de pessoas unidas por laços de consangüinidade, de afetividade ou de solidariedade, como núcleo de apoio primeiro das pessoas, e a convivência familiar como direito, a Política Nacional de Assistência Social estabelece que a segurança desse convívio deve ser garantida por uma política de Proteção Social - que assegure sustentabilidade para a prevenção, proteção, promoção e inclusão de seus membros.

Kaloustian (2002,p.51) afirma que:

A criança tem direito de viver, a desfrutar de uma rede afetiva, na qual possa crescer plenamente, brincar, contar com a paciência, a tolerância e a compreensão dos adultos sempre que estiver em dificuldade.

O vínculo é um aspecto fundamental na condição humana e particularidade essencial ao desenvolvimento, para tanto, a afetividade deve ser acrescentada na defesa da vida, pois a criança e o adolescente tem o direito de desfrutar de uma rede afetiva, no qual ele possa

desenvolver-se plenamente.

De acordo com os depoimentos relacionados é possível observar que a inserção no curso preparação para o primeiro emprego provocou alteração no comportamento dos sujeitos e esta alteração influenciou numa melhor qualidade de vida:

“ Minha relação é muito boa me dou muito bem com toda a minha família, principalmente com meu pai e minha mãe. O programa me ensinou a ter uma melhor relação com minha família.” (Sujeito 1)

“ Me relaciono muito bem com minha família, que me incentiva e me apóia. Mas o programa contribuiu muito para que hoje a minha família esteja sem conflitos, pois consegui o meu primeiro emprego podendo assim ajudar em casa, que era um dos motivos de briga”. (Sujeito 2)

“ Moro com meus pais e 05 irmãos, não tem brigas em casa, nos damos muito bem. O programa me ensinou a respeitar todos em casa, e assim consegui viver em paz sem conflitos”. (Sujeito 3)

“Meu pai e minha mãe me apóiam, e vivemos bem, só nos três. O programa contribuiu para que pudéssemos a viver melhor.” (Sujeito 10)

“Tenho dificuldade em compreender meu pai e minha mãe , depois do programa comecei a ser mais calmos com eles”. (Sujeito 11)

“ O meu relacionamento com os meus familiares melhorou muito, passei a ter mais paciência e a escutar melhor meus pais antes de falar, para mim o curso foi de grande valia”. (Sujeito 14)

“ O relacionamento familiar hoje é muito bom , não tenho reclamações, mas o programa fez eu ter mais apoio e compreensão dos meus familiares, principalmente no que diz respeito aos estudos”. (Sujeito 15)

extrema importância aos adolescentes terem consigo um referencial em quem possam se identificar e conversar, pois enfrente um processo de adaptação a realidade em que vivem.

Em todas as falas dos sujeitos, ficou claro o amadurecimento dos adolescentes com relação aos membros da família, diante desta nova realidade encontramos a importância da família no ser pessoal e social dos adolescentes, sejam nas dúvidas normais da fase como nas novas atitudes a serem tomadas. A família pontua-se como eixo principal nessa mudança, conforme descrito anteriormente nos relatos.

Ainda nesta linha de pensamento, sobre família, encontramos um movimento constante nessa realidade, principalmente em sua estrutura e arranjo.

Segundo Carvalho (2002, pg 70)

É preciso olhar a família no seu movimento. Este movimento de organização – reorganização torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. É preciso enxergar na diversidade não apenas os pontos de fragilidade, mas também a riqueza das respostas possíveis encontradas pelos grupos familiares, dentro de sua cultura, para suas necessidades e projetos.

Concluindo, os adolescentes que fizeram parte do Serviço Primeiro Emprego obtiveram uma mudança significativa com relação à sua família e a si próprio. Deixando claro a eficácia deste serviço e a atitude destes adolescentes de buscar esta mudança.

4.4 A Inserção no Mercado de trabalho

Nesta parte serão apresentados os resultados obtidos nas entrevistas realizadas junto aos adolescentes participantes organizado nas seguintes categorias: Você está trabalhando? Em caso afirmativo, é na mesma empresa em que fez estágio no período em que estava inserido no serviço de Preparação para o Primeiro Emprego? Se houve mudança no emprego, qual o motivo? Na questão de crescimento dentro da empresa o que o programa contribuiu para o ingresso no emprego e melhorias, estabilidade? Obtivemos desta forma as seguintes respostas:

“ Sim, mas não é no mesmo lugar que fiz estágio, não houve mudança de emprego, o serviço me ajudou muito a estar hoje no meu emprego atual, não tenho muita estabilidade, certeza de que

vou ficar lá, mas estou neste emprego graças as coisas que aprendi no curso “ (Sujeito 1)

“ Sim, mas não é no mesmo lugar que fiz estagio, o curso me ensino muito, aprendi a como me comportar, como me relacionar com as pessoas”. (Sujeito 2)

“ Sim, mas não é no mesmo lugar que fiz estágio, o curso me ensinou desde computação, até como eu falar, e me expressar de maneira correta, foi fundamental para mim estar trabalhando hoje” (Sujeito 4)

“ Sim, mas é e outro lugar não onde eu fiz estágio, não houve mudança de emprego. Aprendi muito, principalmente com o computador que eu não sabia nada, e hoje no meu serviço trabalho com computador, então foi muito bom, não sei se tenho estabilidade, só sei que trabalho de forma certinha (Sujeito 5)

“Sim estou trabalhando, mas não é no mesmo local que fiz estagio, mas o estagio me abriu porta para este emprego que estou agora. No inicio comecei como balconista, mas devido ao meu desempenho e dedicação subi de cargo passando a ser operadora de caixa devido ao conhecimento e curso de informática que foi me passado no programa e foi através do estagio que aprendi administrar e separar documentos. Com certeza contribuiu muito comigo a questão do curso ter me ensinado informática, por isso subi de cargo”. (Sujeito 11)

“ Sim não é no mesmo lugar que fiz estágio, bom ainda não tive crescimento dentro da empresa, estou esperando uma oportunidade para prestar seleção. “ (Sujeito14)

Diante dos depoimentos acima, podemos verificar que os jovens estão inseridos no mercado de trabalho formal, porém não na mesma empresa em que fizeram estágio. Mas podemos ver que como eles mesmo disseram, o estágio foi fundamental para estar no

emprego atual, pois foi devido ao estágio é que aprenderam na prática, a rotina de como funciona uma empresa, aprenderam a separar documentos, etc. Sendo assim fica claro a importância de fazer o estágio, para obter experiência e uma melhor aprendizagem.

Quanto aos jovens que continuaram na mesma empresa que fizeram estágio, obtivemos as seguintes respostas:

“ Sim na mesma empresa que fiz estágio, não houve mudança de emprego, tenho estabilidade sim no meu emprego, afinal fiz estágio nele e fui contratada, aprendi tudo com o curso, pois não sabia como era trabalhar direito” (Sujeito 3)

“ Sim é na mesma empresa em que fiz estágio, houve mudança pois entrei numa função e depois que completei 18 anos subi de cargo e também devido a minha habilidade, nossa o curso foi fundamental, foi a base de tudo e acredito que tenho estabilidade sim. “ (Sujeito 16)

Fica visível perante esses depoimentos, que os adolescentes que continuaram na mesma empresa que fizeram estágio, são adolescentes que realmente se dedicaram e podemos dizer obtiveram um destaque na função que lhes foi atribuída apenas para aprender, conseguindo assim a sua efetivação dentro da empresa.

Deixando claro que os adolescentes estão amparados pelo Artg. 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Artg. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:
III – Respeito a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
IV - Capacitação, profissionalização adequada ao mercado de trabalho.

Podemos verificar perante esses depoimentos que os adolescentes já inseridos no mercado de trabalho formal, estão com uma visão de responsabilidade muito boa e de expectativas para o futuro, sendo que o objetivo de um trabalho amplo de informações e conhecimentos do instituto Naf- Jaraguá foi atingido.

Dentro do universo de 16 adolescentes apenas 07 estão fora do mercado de trabalho, mas estão sempre fazendo entrevistas e demais cursos para estar atualizados. A inserção do

adolescente ao mercado de trabalho oportuniza seu crescimento psicológico e intelectual, bem como forma de socialização, que pode complementar a ação da escola.

A condição deste adolescente como produtor de rendimentos não resulta apenas da situação de pobreza, mas a busca por emprego está associada ao desejo de conquista de autonomia e de liberdade e também de consumo de bens que os pais não podem proporcionar.

O caminho é esse: trabalhar com os jovens, mas focar a importância da família na vida deles pois estes são os alicerces principais da humanidade, é através da opinião destes jovens que fica claro a responsabilidade e comprometimento do Serviço.

4.5- Opinião do adolescente sobre o Serviço Preparação para o Primeiro Emprego.

O Serviço Preparação para o Primeiro Emprego com certeza foi a maior oportunidade para estes jovens que concluíram e estão atualmente no mercado de trabalho e também para muitos que querem apenas uma chance para se agarrar a esta oportunidade. O curso teve bastante relevância na vida destes adolescentes, sendo assim deram opiniões satisfatórias, como mostram os relatos dos sujeitos abaixo:

“Minha opinião é que o curso é ótimo, pois ele melhorou muito a minha vida, foi por causa do curso que estou bem hoje e ajudando na minha casa”. (Sujeito 1)

“ O curso é muito bom, melhorou a minha vida, pois precisava muito trabalhar, e melhorei a situação em casa, ninguém mais fala que eu não faço nada.” (Sujeito 2)

“ Excelente, sei tudo o que sei por causa do curso, na escola não aprendi muito, melhorou a minha vida depois que comecei a trabalhar”. (Sujeito 5)

“Muito bom, melhorei muito, era muito tímido e tinha muita vergonha, depois que fiz o curso sei conversar melhor, não estou trabalhando no momento, mas estou muito contente por tudo que

aprendi.” (Sujeito 7)

“ Participando do programa, pude ver que só posso mudar a minha vida , se eu tiver mais responsabilidade e dedicação para assim eu conseguir um trabalho de forma honesta, podendo ganhar meu próprio dinheiro.” (Sujeito 8)

Diante dos relatos dos jovens entrevistados ficou claro a visão positiva que todos têm em relação ao serviço preparação para o primeiro emprego, pois obtiveram mudanças favoráveis em todos os sentidos, escola, família, comunidade, desenvolvimento pessoal, etc. Eles acreditaram no instituto e valorizaram a oportunidade de aprender e desenvolver as suas capacidades, portanto os resultados só são positivos e valiosos, porque por trás deste Serviço existem instituições e pessoas aptas a desenvolverem este trabalho em conjunto e com força de vontade, investindo no jovem, trabalhando com ele em sua totalidade, apostando no seu futuro tanto pessoal como profissional.

4.6 Opinião dos empregadores sobre o curso

Não podemos deixar de registrar aqui o papel dos Empregadores que aderiram e abriram as portas das suas empresas para receberem os adolescentes dando assim uma oportunidade de valor e crescimento profissional. Podemos constatar a opinião dos empregadores em relação ao curso preparando para a busca do primeiro emprego no relato dos sujeitos citados abaixo:

“Na minha opinião o curso de Preparação do mercado de trabalho para adolescente, é um projeto que aprecio e dou apoio, pois é através dele que o adolescente dá o primeiro passo para o mercado de trabalho, precisa apenas ter mais reconhecimento de nossos governantes para dar mais certo”. (Sujeito 1)

“Diante do crescimento populacional e das exigências do mercado de trabalho, a população deve a cada dia aprimorar-se profissionalmente e para a evolução pessoal. A importância do trabalho do NAF é evidente pois incentiva jovens a buscar

oportunidades para o início da vida trabalhista, e por estar inserido em uma comunidade carente e com sérios problemas sociais (drogadição, alcoolismo, etc). Oferecem ótimas oportunidades, pois seu público não possuem condições de freqüentar um curso particular, principalmente na área da informática”. (Sujeito 2)

Conseguimos visualizar nas falas dos Empregadores que receberam e empregaram estes adolescentes que ambos tem opinião positiva sobre o curso Preparação para o Primeiro Emprego, sendo assim sempre estão empregando adolescentes que concluíram o curso, dando incentivo e oportunidade de realização e crescimento a eles, que buscam o primeiro emprego.

Em síntese, conseguimos constatar a visão que o empregador tem sobre o adolescente, destacando sua situação de vulnerabilidade e dificuldade de se profissionalizar através de cursos e de se inserir no mercado de trabalho.

Diante destes depoimentos nota-se que estes empregadores apóiam e incentivam o Serviço Preparando para o Primeiro Emprego.

Concluimos que o Serviço Emprego conseguiu atingir seus objetivos, já que as mudanças obtidas com relação a escola, á família e ao trabalho ficaram visíveis nas falas dos sujeitos.

Os resultados são de total aceitação do curso, todos os adolescentes pesquisados tiveram um bom aproveitamento escolar e incentivo para continuar estudando, e mais da metade destes adolescentes estão inseridos no mercado de trabalho formal, outros tiveram mudanças significativas em sua relação familiar e amadureceram com relação a si próprio sabendo enfrentar melhor seus problemas do cotidiano.

CONCLUSÃO

A falta de emprego é um problema mundial e esta afetando o Brasil de forma crescente. O numero de jovens trabalhadores informais é maior a cada dia e; estando na situação de trabalhador informal, não se tem acesso aos seus direitos trabalhistas.

A globalização e a abertura de mercado trouxeram o avanço da tecnologia em nosso País, ao qual, não foi capaz de preparar seus desempregados, qualificá-los para que

pudessem estar preparados para a concorrência.

Devemos ter claro que a cidadania não pode conviver com a exclusão e para isso é indispensável que políticas de programas sociais sejam instrumentos potencialmente eficientes e eficazes para a cidadania se concretize.

Vale lembrar que a Política de Educação atual não oferece ao aluno o preparo eficaz para concorrer num mercado de trabalho tão competitivo assim como também não é capaz de prepará-los para ingressar em uma universidade pública, onde somente 10% dos alunos vem de escolas públicas.

Este trabalho possibilitou um estudo sobre os resultados obtidos com os adolescentes do Serviço Primeiro Emprego, em vários aspectos da vida de cada um; sendo eles em relação á família, sociedade , mudança em relação aos estudos.

O NAF, situado numa região de extrema pobreza, oferece possibilidades de melhoria na qualidade de vida através dos serviços oferecidos á população do bairro e, através da coleta de dados, percebeu-se que por meio da participação ativa dos adolescentes no serviço, houve melhoria na relação familiar, na escola, nos aspectos pessoais e na inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

A base de todas as atividades esta sentimentada no trabalho da equipe de Serviço Social que tem com trabalho interdisciplinar com outras áreas, busca oferecer serviços com qualidade e efetivos intervindo na realidade social. Cabe ressaltar que o NAF proporciona um trabalho efetivo porque consegue articular uma rede de serviços valendo-se de encaminhamentos e parcerias.

Quanto aos resultados do Programa, observou-se que este foi de total efetivação de direitos e satisfação para os adolescentes, sua família, como também para os empresários, visto que dos 16 adolescentes , 9 já estarem empregados, houve grande mudança deles no desempenho escolar, na relação com família, participação na comunidade e muito interesse em continuar estudando e se qualificando; para que possam ter oportunidades de melhorar cada vez mais de emprego; de serem pessoas capazes e eficientes dentro do contexto onde estão inseridos.

Concluimos que os adolescentes demonstram abertura, vontade de aprender, crescer e lutar pela transformação de sua realidade. Notamos também que após a inserção no programa, estes adolescentes se tornaram mais seguros, responsáveis e dispostos a melhorarem de vida, pois passaram a desvelar uma realidade que antes desconheciam e perceberam que têm direitos garantidos que efetivam a cidadania.

Com base na pesquisa realizada com os adolescentes, profissionais e empregadores, podemos contatar que o trabalho realizado busca estratégias de ação em parcerias com a

comunidade, objetivando valorizar, informar e qualificar os adolescentes para estar apto a inserir-se no trabalho.

Percebemos também que estes adolescentes vêm crescendo e buscando informações e maturidade, como exige o mercado de trabalho. Porém, ainda existem alguns pontos a serem melhorados, como a própria lei e os empresários. Muitas vezes não há o conhecimento por parte do empresário sobre o benefício que a lei trará à sua empresa, como também a oportunidade para estes adolescentes adquirirem mais experiências e cada vez mais se qualificando.

Cabe elucidar que a hipótese apresentada no início da pesquisa foi comprovada, pois através das análises foi possível constatar que o programa e seus executores vêm atendendo as devidas necessidades e alcançando seus objetivos propostos aos adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A.R. ; VITALE, M.^aF. **Família: Redes, Laços e Políticas**. São Paulo: PUC/, 2005, 316p.

ANTUNES, R. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: edite 69. Cortez, p.107- 120,2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e as centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: CORTEZ, 2003,200p.

BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A.S **Fundamentos de metodologia científica** . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2ed, 2000,122p.

BIZUTTI,L.M. **NAF: uma instituição emancipatória das famílias empobrecidas da cidade de Bauru**. Bauru:2005, 103p.

BRASIL, **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasil: SARAIVA, 32 ed,2005,1300p.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente /ECA**, lei nº 8069, de julho de 1990.

BRASIL, Presidência da Republica. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8742, de 7 de

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.12, n. 22, p. 01-52, jul./dez.2008. TISATTO, Maria Fernanda; SILVA, Jucélia Ferreira da; MUNIZ, Egli. Os impactos do serviço preparação para o primeiro emprego do naf – jaraguá na inserção de jovens no mercado de trabalho.

dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

CARVALHO, M.D.C **Tendências e perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP,2001,224p.

CARVALHO, M.D.C. **A família contemporânea em debate.** São Paulo: CORTEZ,2002,121p.

CASSAB,M.A.T. ; CASSAB,C. Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Edite, 83. **CORTEZ**,p.49-63,2005.

CIAPONE, M. H .T . **Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais.** Série Didática. Brasília: Fundação Kellog e Associação Brasileira de Enfermagem, 1998, v.3 . p. 306-324.

COHEN,E. **Avaliação de Projetos Sociais.** Petrópolis: Vozes, 1993,p.243.

COVEY, H. **Os sete hábitos das pessoas muito eficazes.** São Paulo: Papyrus, 1989,202p.

DEMO, P. **Combate á pobreza:** desenvolvimento como oportunidade. São Paulo: Autores Associados, 1996, 1996,212p.

DEMO, P. **Política Social, educação e cidadania.** São Paulo: Papyrus, 6ed,1994,124p.

FONSECA, J.C.F. **Adolescência e trabalho.** São Paulo: Summus,2003,270p.

GOMES, CA. **O jovem e o desafio do trabalho.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1998,125p.

GUERRA,I. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: CORTEZ,1995.

HARVEY,D. **Condição pós-moderna.** São Paulo:Loyola, 12ed.2003,320p.

IAMAMOTO,MV. **Relações Sociais e Serviço Social.** São Paulo: CORTEZ, 1994.

IANNI, O.**Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998,185p.

Kaloustian, S.M. **Família Brasileira:** a base de tudo. São Paulo: CORTEZ, 2000,183p.

MALDONADO, M. T. **Comunicação entre pais e filhos** . São Paulo: Saraiva, 1997, 167 p.

LEHFELD, N.A.S.; Filho,M.J. **Pratica de pesquisa**. Franca: Unesp,2004,178p.

LIRA, I.C.D Informalidade: Reflexões sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Edite. 69.CORTEZ,p.140-150,2002.

MALDONADO,M.C. **Como vem correndo o Programa de Fortalecendo a Família no Município de Piratininga?**. Bauru, 2005,63p.

BRASIL, Manual Informativo do Ministério do desenvolvimento social. Brasil,2005,40p.

MARTINELLI, M.L. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras,199,143p.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social Identidade e Alienação**. Cortez, 1991, 165 p.

MARX, K. **Conseqüência sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Populares,1980,70p.

MATTOSO, J.E.L. **O mundo do trabalho**. São Paulo: 1º ed,1994,245p.

MUNIZ,E. Uma proposta para a política municipal de assistência social de Bauru.**Construindo o Serviço Social**. Bauru: edite,14.Instituição Toledo de Ensino, p.69-98,2004.

POCHMAM, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: Novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: CORTEZ,2003,303p.

PRADO,D. **O que é família**.São Paulo: Brasiliense, 1990,92p.

SARTI,C.A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo:CORTEZ,2005,143p.

SALES, M.A. ; MAOS,C.M. ; LEAL, M.C. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: CORTEZ,2004,307p.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.12, n. 22, p. 01-52, jul./dez.2008.
TISATTO, Maria Fernanda; SILVA, Jucélia Ferreira da; MUNIZ, Egli. Os impactos do serviço preparação para o primeiro emprego do naf – jaraguá na inserção de jovens no mercado de trabalho.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,2004,240p.

SOUZA, M.I.F.P. **O Trabalho Juvenil em Perspectiva**. Franca,2001,204p.

SPOSATI, ^a Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade**,São Paulo,v.77,p.3053,2004.

SZYMANSKI,H.**Trabalho com Famílias**. Cadernos de Ação Cbia Lee Pontifical University Of São Paulo, 1992,68p.

VECCHI, A C.S. **Um Estudo Avaliativo do Grupo “ Roda de Conversa**. Bauru,2003,p.73.

VIANNA,M. Relato de experiência: preparando para o mercado de trabalho- projeto de vida e elaboração de curriculum vitae, **Construindo o Serviço Social**. Bauru: Edite,nº9, p.249-270,2001.

VITIELO,P;RODRIGUES,E. **Adolescência**. São Paulo: Organon,2003,p.47.

ZAGURY, T. **Educar sem Culpa, a gênese da ética**. Rio de Janeiro: Record, 1997, 186 p.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996, 277 p.

ZAHAR,J.Dicionário do pensamento marxista. São Paulo: CORTEZ,1996,405p.

ZABERLAM, C.O. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdiciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar,2001,164p.